



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

RUA FERREIRA PENA, Nº 1109, CENTRO, CEP 69.025-010, MANAUS/AM. FONE: (92) 3306-0071

MANIFESTAÇÃO 17.2020 – CGECC/DEOC/DAO/PROPLAD

PROCESSO: 23443.029511/2019-18

LICITAÇÃO: Pregão nº 13.2020

OBJETO: Contratação do Serviço de Limpeza para a Reitoria

Ao Senhor,

MARIVALDO DA CRUZ SOARES

Departamento de Aquisições. Licitações e Contratos

Manaus (AM), 14 de setembro de 2020.

Senhor Chefe de Departamento,

I. Das Considerações Gerais

1. Após análise da Contrarrazão da empresa DEBORA DUARTE ARAUJO - EPP, apresentada por e-mail no dia 11/09/2020, verificamos a necessidade de realização de diligência, em decorrência das incertezas apresentadas:

1.1. O ACÓRDÃO Nº 797/2011 – TCU – Plenário refere-se a uma denúncia de que uma empresa vencera licitação para copeirarem e recepção cotando alíquotas tributárias do Simples, o que lhe teria concedido vantagem sobre as concorrentes, o qual será utilizado para

referenciar casos em que nos deparemos com situação semelhante, como o que ocorre no pregão 13.2020.

1.2. Primeiro, a LC nº 123, de 2006, veda a opção pelo Simples Nacional por empresas que prestam serviços de "cessão ou locação de mão de obra".

1.3. O Comitê Gestor do Simples Nacional define "cessão ou locação de mão-de-obra" como sendo a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos relacionados ou não com sua atividade fim, **QUAISQUER QUE SEJAM A NATUREZA E A FORMA DE CONTRATAÇÃO**. Por colocação à disposição da empresa contratante entende-se a cessão do trabalhador, em caráter não eventual, respeitados os limites do contrato (Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009).

1.4. Então, ao contratarmos SERVIÇOS, não podemos caracterizar apenas como fornecimento de mão-de-obra, mas para efeitos tributários e de registro contábil, entende-se que serviço terceirizado contempla cessão ou locação de mão-de-obra, pois bem, então, empresas que prestam serviços terceirizados **NÃO PODEM** aderir ao Simples Nacional (Art. 17, XII da LC 123/2006).

1.5. Embora, a adesão ao Simples Nacional é concedida às empresas, ainda quando o contrato social conste atividades vedadas, desde que a empresa não esteja exercendo essas atividades. O registro é feito a partir de declaração da empresa e não há verificação prévia sobre a veracidade do que foi declarado.

1.6. Por essa razão, empresas cujo objeto social contemple diversos tipos de serviços, podem declarar que realizam efetivamente apenas as atividades que o regulamento do Simples permite, como, por exemplo, o CNAE nº 8121-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios, pois a LC 123/2006 abre exceção para algumas atividades específicas, como serviços de vigilância, limpeza ou conservação (art.18, § 5o-C, VI).

1.7. Logo, uma empresa **pode se propor a realizar** vários serviços terceirizados, que seriam vedados pelo regime unificado, **mas pode exercer, efetivamente, apenas a limpeza de prédios, por exemplo**. Nesse caso, ela declara à Receita que atua apenas nessa atividade e opta pelo SIMPLES NACIONAL.

1.8. Porém, no momento em que essa empresa passar a atuar com algum outro serviço terceirizado que seja entendido como cessão ou locação de mão-de-obra, deverá informar à Receita e ser excluída do regime especial do Simples.

1.9. Baseado nisso, o TCU emitiu o Acórdão nº 2.798/2010 – Plenário, onde ficou entendido de que determinada empresa optante do Simples pode participar de licitações cujo objeto seja a prestação de serviços vedados pela LC 123/2006, desde que comprovada a não utilização do regime tributário diferenciado na proposta de preços e que, caso venha a ser contratada, comunique o fisco para ser excluída do Simples e passe a recolher os tributos pelo regime comum.

1.10. Em outras palavras, a empresa hoje é optante do Simples porque presta serviços apenas de limpeza. Decide concorrer numa licitação para copeiragem ou jardinagem, em proposta, não pode usar as alíquotas do Simples. E se for contratada, deve informar à Receita e deixar de adotar o Simples, não apenas para aquele contrato, mas para todas as suas atividades, inclusive as de limpeza que já vinha prestando em outros eventuais contratos.

1.11. Veja-se que a LC 123/2006 é taxativa quanto as disposições dos art. 30, II c/c com art. 31, II que determinam **a exclusão do Simples, obrigatoriamente**, quando as ME ou EPP incorrerem em qualquer das situações de vedação e os efeitos passam a valer a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva.

1.12. Entende-se que dificilmente uma empresa faria isso, porque passaria a ter maiores custos em seus contratos vigentes, por perder os benefícios do Simples, por isso o que geralmente ocorre é a empresa ser contratada, passar a exercer atividades vedadas pela LC 123/2006 e omitir essa informação do Fisco.

1.13. Situação que pode ter incorrido quando a empresa DEBORA DUARTE ARAUJO – EPP (GRAU LIMPEZA) prestou serviços ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE – DNIT, através do contrato nº 128/2019 cujo objeto contratual conforme portal da Transparência refere-se a “Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, serviço de copeiragem, serviço de garçom e serviço de jardinagem.”

1.14. Diante do exposto, podemos entender que empresas enquadradas no Regime de Tributação Simplificada ao participar de licitações e firmar contratos para prestação de serviços vedados pelo Simples Nacional, fazendo uso dessa vantagem, não apenas pode significar quebra do princípio da isonomia (concorrência desleal com outras empresas não optantes do Simples) como também pode gerar multa e o recolhimento da diferença de tributos de modo retroativo - quando confrontado o regime diferenciado com o regime comum.

1.15. Por causa disso, o TCU criou um regulamento interno para suas áreas administrativas:

"Assim, na constatação de qualquer situação impeditiva de opção pelo Nacional pelas microempresas ou empresas de pequeno porte contratadas pelas unidades gestoras executoras do TCU, as mesmas deverão ser consideradas excluídas do Simples Nacional, estando sujeitas às retenções de todos os tributos devidos. A situação de impedimento de opção pelo Simples Nacional deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à microempresa ou empresa de pequeno porte contratada, mediante ofício. ”

1.16. Em referência ao ACÓRDÃO Nº 797/2011 – TCU – Plenário, ficou determinado à entidade o seguinte:

Incluir nos editais de suas licitações disposição no sentido de que, em ocorrendo as hipóteses de vedação de opção pelo Simples Nacional (arts. 17, XII, e 30, II, da LC 123/2006), seja vedada à licitante, optante pelo Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários desse regime na sua proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos), ressaltando que, em caso de contratação, estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar;

No momento imediatamente anterior à assinatura de seus contratos, verifique se a licitante vencedora, que iniciará a prestação de serviços à entidade, não se enquadra em quaisquer das vedações previstas na LC 123/2006, tomando, se for o caso, as providências para que a Secretaria da Receita Federal do Brasil tenha imediata ciência da situação.

1.17. A empresa DEBORA DUARTE ARAUJO – EPP afirma em sua defesa que não cabe a recorrente julgá-la quanto ao seu enquadramento tributário no período em que prestou serviços ao órgão DNIT, pois “ o tomador de serviço não viu a necessidade de informar ao órgão competente a exclusão do simples nacional, já, que todos os serviços prestados e todas as atividades atribuídas trata-se de serviço de limpeza e conservação. (CONTRARRAZÃO DÉBORA, PREGÃO 13/2020).

1.18. Quanto a essa questão, podemos destacar que uma vez que qualquer empresa optante pelo simples, realize qualquer atividade de vedação prevista na Lei Complementar 123/2009, **tornar-se-á obrigada a informar essa situação, conforme a art. 30 da mesma lei.**

1.19. Nesse sentido, nota-se que cabe a empresa a obrigação de informar seu desenquadramento a receita federal, a fim de não obter vantagens ao qual não possui direito, **no entanto, essa exclusão poderá ocorrer também por Ofício, quando verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória.**

1.20. Uma vez que a comunicação obrigatória não ocorra, seja por ação voluntária ou involuntária, a empresa constitui uma pendência a ser sanada junto ao fisco sob os moldes dos artigos 93 a 99 da Resolução CGSN nº 140/2018.

II. Conclusão

2. Diante da afirmação não tão clara da empresa, e após consulta ao Portal da Transparência, indicando a realização de serviços diversos a conservação e limpeza, sugerimos cautela quanto a assinatura do contrato, sendo necessário a realização de diligência junto a empresa para verificação dos objetos contratuais de suas prestações de serviços vigentes, e do contrato firmado com o DNIT, objeto desse recurso, pois na Declaração de Contratos Firmados, não foi identificado o objeto de cada contratação.


3. Além disso, caso vislumbrado realmente a prestação de serviços vedados ao enquadramento do simples nacional é necessário a tomada de providências para que a Secretaria da Receita Federal do Brasil tenha imediata ciência da situação.

4. Pois, embora o presente certame seja para contratação de Conservação e Limpeza e por isso o enquadramento ao simples nacional é permitido, caso a empresa de limpeza e conservação também preste (ou passar a prestar) outros serviços como copeiragem, secretaria, recepção, motoristas, porteiros, inspetores, telefonistas, então ela NÃO SE ENQUADRA no Simples Nacional e, portanto, não pode utilizar as alíquotas desse regime em suas propostas de preços, nem na execução contratual.

5. Isso vale também para contratos que estejam vigentes e que a empresa esteja prestando serviços vedados pelo Simples, mas esteja praticando indevidamente as alíquotas desse regime.

6. Além disso, uma vez que a empresa prestou serviços cuja tributação não poderia se aplicar o regime de tributação unificada, e por ventura tenha omitido essa situação, constituindo uma pendência tributária com o fisco, pergunta-se qual o impacto da ação de correção terá em sua saúde financeira? Além disso, a proposta ainda poderia ser vantajosa para essa Administração, pois o desenquadramento do SIMPLES é uma das penalidades por essa infração?

Respeitosamente,



Marlena Raquel dos Santos

Coordenadora Geral de Contabilidade e Custos
Portaria nº 2.561 – GR/IFAM de 21/12/2018